
EDITORIAL

1. Após um longo período de indiferença e letargia, a intelectualidade nacional despertou, em grande parte devido aos resultados do referendo na Dinamarca, para uma questão vital para o futuro do País, qual seja a da construção da Europa. Os debates que se têm verificado em grande parte dos países interessados, as posições assumidas por muitos chefes políticos, as fracturas em maior ou menor grau manifestadas no seio das populações, as reservas, receios e suspeições afirmadas, mostram que se trata duma questão em aberto, passível de várias soluções, embora se possam reduzir a dois ou três os modelos conceptuais.

2. É generalizadamente consensual a ideia de uma «Europa a haver», como forma de se garantir a segurança e melhor se alcançar o progresso e bem-estar das populações que nela vivem. A grande linha de fractura nas concepções reside nas relações dessa Europa-actor político com as nações nela existentes e respectivas expressões políticas.

Todo o homem tem, objectiva e subjectivamente, vários referenciais ou centros de lealdade e afectividade política: a terra, a província, a região, o país, o continente onde nasceu e, mesmo, o Mundo ou toda a Humanidade. A questão essencial, para cada homem, é saber onde se situa o ponto focal da sua lealdade última, que vai decidir, no caso de um conflito de interesses entre essas várias lealdades e afectividades, quais deverão ser sacrificados. Esse ponto focal manifesta-se pela afirmação «Sou, acima de tudo, ...».

Para os que se consideram, acima de tudo, nacionais, a Europa política a desenvolver é entendida como um meio de melhor se garantir a sobrevivência, a segurança e o progresso de cada Estado-

-Nação: a construção do «Outro» não compromete, antes reforça, a sobrevivência do «Eu». Esta perspectiva não só é compatível, mas é mesmo uma modalidade de defesa nacional. Ela equivale ao entendimento de uma «Europa-instrumento» à luz de uma «Nação/Estado-fim». É esta, aliás, a raiz do princípio da subsidiariedade, quando correctamente interpretado. Mas é evidente que, por razões intelectuais, afectivas, económicas ou outras, existirão certamente pessoas que se sentem, já, acima de tudo, europeus. Para esses, a construção do «Outro» envolverá, inevitavelmente, o sacrifício do «Eu»; a ideia de uma defesa nacional é, não apenas desprovida de sentido, mas algo que é preciso combater e anular, por constituir um obstáculo à construção dessa nova realidade política; mais ou menos conscientemente, aspira-se a uma «Europa-fim», à custa de «Nações/Estados-instrumento».

3. O ponto focal da lealdade última de cada homem determina a resposta à pergunta: «Está-se disposto a combater e a morrer por quê e onde?» Como disse um ilustre Ministro dos Negócios Estrangeiros, «não se morre definitivamente por objectivos temporários ou secundários». As Causas políticas são tanto mais vivas quanto mais gente há disposta a sacrificar-se por elas. Pela sobrevivência ou afirmação política das nações, pela defesa das fronteiras, próximas ou longínquas, em cada momento histórico entendidas como sendo as dos seus interesses vitais, têm morrido e continuam a morrer, consciente e determinadamente, milhões de homens. Em contrapartida, o simples abate de um avião italiano na antiga Jugoslávia levou à suspensão imediata de um conjunto de operações, ainda que humanitárias, mas levadas a efeito à luz de outros interesses, que não os nacionais.

O contraste evidencia a diferente natureza e importância das Causas subjacentes, bem como o risco de, eventualmente, se subestimarem as realidades políticas profundas.

4. Fernando Pessoa escreveu um dia: «Quem não tem a consciência certa das raízes profundas do seu ser, isto é, do povo a que pertence, de que outras coisas pode ter certeza ou noção?»